



3982 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)  
GT05 - Estado e Política Educacional

CRIANÇA POBRE NA PRÉ-ESCOLA PRIVADA: REFLEXÕES ACERCA DA INSUFICIÊNCIA DO ESTADO E DE MECANISMOS DE CONSENSO.

Naara Queiroz de Melo - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

## RESUMO

O presente artigo analisa o fenômeno da predominância de matrículas da pré-escola na rede privada, considerado um exemplo de privatização ou mercantilização da educação infantil no município de Campina Grande, na Paraíba. Tal análise foi possível através da realização de pesquisa de campo, contando com entrevistas semiestruturadas seguindo a direção de dar voz aos sujeitos envolvidos no referido processo. Permitindo reflexões acerca do papel do Estado na construção dos consensos.

Educação Infantil. Público e privado. Mecanismos de consenso.

## Introdução

O presente artigo é parte da pesquisa realizada quando da elaboração da dissertação de mestrado e tem como objetivos de analisar o fenômeno da predominância de matrículas da pré-escola na rede privada sob a perspectiva de alguns sujeitos participantes desse processo, considerado um exemplo de privatização ou mercantilização da educação infantil no município de Campina Grande, na Paraíba; analisar as possíveis motivações desses sujeitos pela matrícula das crianças na rede privada de ensino; refletir acerca dos mecanismos de consenso do Estado para o encaminhamento do processo de mercantilização da educação infantil.

A etapa da pesquisa presente neste trabalho refere-se à penetração na dimensão abstrata do fenômeno, onde foram estabelecidas as relações sócio-históricas, mediante pesquisa de campo para a elaboração de "juízos, raciocínios, conceitos sobre o objeto" (TRIVIÑOS, 1987, p.74), concretizada na realização de entrevistas com vistas a reunir informações.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com alguns sujeitos envolvidos no processo de mercantilização da educação infantil: pais de crianças em idade pré-escolar (entre quatro e cinco anos de idade), matriculadas em uma escola privada de um bairro periférico do município de Campina Grande/PB. A realização das entrevistas seguiu na direção de dar voz aos sujeitos envolvidos no referido processo, sob a perspectiva de que o objeto não deveria ser analisado somente a partir do olhar sobre dados estatísticos e as construções sociais provenientes de um arcabouço teórico.

## Desenvolvimento

Foi percebido como necessário, na perspectiva de exemplificar a concretização da construção de consensos, ouvir aqueles que são propalados sujeitos de direitos, mas que, por alguma motivação, optaram por renunciar ao direito à educação para adquiri-la como mercadoria (mesmo que sem a consciência de tal fato).

Necessário esclarecer que se descarta a possibilidade de tentar explicar, com a pequena amostra escolhida, as razões que impulsionaram o crescimento de matrículas em todo o município a partir da segunda década dos anos 2000. Trata-se de compreender por que sujeitos, que estariam em melhor situação se efetivassem o direito à educação via instituição pública estatal, decidiram adicionar ao orçamento doméstico mais uma despesa: a mensalidade de uma escola privada mercantil.

Em meio aos questionamentos norteadores da pesquisa, foram suscitadas como possíveis motivações que resultaram no fenômeno analisado: 1) a insuficiência do Estado em ofertar vagas na rede pública; 2) a preferência da família pela rede privada como resultado do ideário social construído pelos mecanismos de consenso do próprio Estado, alinhados com os interesses do mercado.

É importante considerar que não cabe analisar as falas dos sujeitos como reveladoras da individualidade de cada um, como se descoladas de uma totalidade que a determina. Porém, também não se trata de compreender que suas opiniões e atitudes são puramente resultantes de determinismos sociais.

Faz-se necessário e pertinente, de acordo com o referencial teórico adotado nesta pesquisa, analisar as falas a partir de uma perspectiva dialética, pois, de acordo com Marx (1968, p.15), "[os] homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado". Dessa forma, as circunstâncias em que os referidos sujeitos fazem suas escolhas são oriundas de um tipo de Estado: o Estado capitalista. Este último abarca várias dimensões, de acordo com a perspectiva gramsciana, sendo espaço privilegiado de disputas e conciliação de classes, educando os consensos em torno do pensamento hegemônico. O que dá aos sujeitos a aparência de que as escolhas são individuais, alienando-os das circunstâncias criadas pelo Estado.

O roteiro da entrevista realizada contemplou, dentre outros, aspectos como: 1) o motivo pelo qual os sujeitos matricularam as crianças na educação infantil; 2) a importância da educação infantil para esses sujeitos; 3) o porquê de terem escolhido aquela escola para matricular as crianças; 4) se eles entendem por uma educação infantil de qualidade; 5) se eles acionariam o poder público em caso de não conseguirem vaga em creche pública para as crianças; 6) qual a rede que oferece uma educação infantil de melhor qualidade, se a pública ou a privada.

Numa visão geral das entrevistas realizadas, pode ser percebido que as motivações pela procura da rede privada no momento de

matricular suas crianças na educação infantil ultrapassam os pressupostos anteriores à chegada ao *locus* da pesquisa, mas não os anulam.

De fato, estão presentes a negação do direito por parte do Estado, como também o consenso em torno da qualidade da rede privada em relação à pública. Porém, outros aspectos foram apontados como motivadores da decisão de matricular as crianças naquela instituição.

Na maioria das falas, estão presentes como motivações: 1) a falta de segurança nas escolas públicas e a conseqüente sensação de que na escola privada a criança estaria protegida da violência presente no próprio bairro (que é conhecido pela atuação do crime organizado, sobretudo, no tráfico de drogas); 2) a identificação com a instituição pela relação que esta já possui com a família antes mesmo da criança ser matriculada; 3) o fato da instituição ser próxima à residência das famílias.

Mesmo apresentando dimensões que extrapolam os pressupostos da pesquisa, é perceptível que o consenso construído em torno da qualidade da rede privada em detrimento da rede pública é o aspecto que se sobressai. Imbuída nessa máxima da qualidade, está a perspectiva tecnicista e mercadológica em torno da educação, sobretudo, da educação infantil, evidenciando que a importância dessa etapa da educação básica está na preparação das crianças para o mercado de trabalho e no investimento da educação formal para melhoria das condições socioeconômicas dessas crianças.

Além disso, os sujeitos mencionaram que o ensino da escrita, da leitura e da matemática está entre os conhecimentos mais importantes que devem ser oferecidos já na educação infantil, ignorando o papel fundamental das brincadeiras, das atividades lúdicas, do espaço físico da instituição, do contato com a literatura como forma de deleite e estímulo à imaginação, das interações, da autonomia, dentre outros aspectos, contrariando o que recomenda alguns dos documentos do próprio Ministério da Educação que regem a educação infantil no Brasil, tais como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), o Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, como também estudos e pesquisas acadêmicas que apontam o desenvolvimento integral das crianças como principal objetivo dessa etapa da educação básica.

Considerando que o próprio Estado, ao apresentar oferta insuficiente para atender à demanda da pré-escola e também desenvolver e difundir estratégias de consenso em torno dos interesses de mercado, desobrigando-se de sua responsabilidade e transferindo-a para os indivíduos, compreende-se que esses sujeitos apresentam essa visão em torno da educação infantil por estarem imersos em uma realidade que os distancia da essência do que provoca as desigualdades sociais, que os impede de perceber que a educação é produto “das relações entre as classes sociais e busca, dialeticamente, reproduzir a ordem social da qual emerge” (FRIGOTTO, 2015, p. 217), fazendo com que eles apenas enxerguem a educação como um meio de saída individual de sua condição social, deixando, em um plano menor, o desenvolvimento de vários aspectos que vão além da cognição.

### **Conclusão**

Convém salientar que, mesmo com o avançar dos estudos sobre a educação de crianças, muitas das concepções de criança, infância, creche e educação infantil presentes nas falas dos pais entrevistados refletem a construção e o enraizamento histórico de termos frequentemente utilizados nos primórdios desse atendimento e que se esperava superados, uma vez que esses termos traduzem muito do que educadores e estudiosos da área, além de movimentos sociais envolvidos na luta pelos direitos das crianças, persistem em combater.

Analisando as significações de que estão imbuídas as falas dos sujeitos participantes, necessário se faz retomar a crítica marxista ao fetichismo da individualidade, quando é perceptível que as determinações do Estado capitalista estão presentes no ideário social, de modo que suas escolhas são guiadas pelas circunstâncias preestabelecidas, no que se refere às convicções acerca da qualidade do público e do privado, da educação infantil, dentre outros aspectos analisados.

Nessa mesma direção, é notório que as escolhas estão no contexto de uma tomada de decisão dos sujeitos que procuram fugir dessa realidade preestabelecida, a saber, a situação de propensão ao tráfico de drogas e sentimento de insegurança presentes no cotidiano do bairro, que colocariam os filhos desses sujeitos na condição apenas de reprodutores da sociedade.

No entanto, a análise dialética permite perceber que, ao mesmo tempo em que os sujeitos são levados a um determinado modo de pensar de acordo com o tipo de Estado ao qual estão inseridos (Estado capitalista), esses mesmos sujeitos apresentam momentos de consciência de sua condição social e procuram uma maneira viável de mudá-la, mesmo atendendo alienadamente aos mecanismos de consenso desse Estado.

### **REFERÊNCIAS**

BRASIL, *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol2.pdf>. Acesso em: 02/08/2018.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 5*, de 17 de dezembro de 2009. Fixam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192) > Acesso em: 08/08/2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. *Trabalho Necessário*, ano 13, n. 20, 2015.

GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.